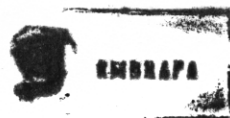


ARTIGO

SP
5257

OS LIMITES DE ATUAÇÃO DAS ONGs

Alfredo Homa*

A questão ambiental da região amazônica tornou-se hoje o fulcro da questão ambiental nacional e internacional. Numa espécie de colonialismo, esquece-se de que os problemas ecológicos do País não são exclusivos da região amazônica.

Dessa forma, a questão ecológica da Amazônia transformou-se numa "espaça de Dâmocles", passando a interferir nas diversas decisões da vida nacional, como as negociações da dívida externa, e no encaminhamento das propostas de desenvolvimento.

Nesse meio tempo, houve um grande florescimento das ONGs (Organizações Não-Governamentais), cujas estimativas apontam, aproximadamente, duas mil entidades no País. Numa avaliação simplista, para se criar uma organização não-governamental, basta ter uma sala, um telefone, um fax e a criação de um fato político para atrair a atenção da mídia, com objetivos nem sempre colimados pelas populações envolvidas, e começar a tentar angariar recursos, sobretudo externos.

O mágico nome "Amazônia" passou a ser um campo fértil para a atuação das ONGs, que têm como um dos seus alvos os recursos financeiros de países desenvolvidos para implementar projetos nem sempre adequados.

Não se quer, com isso, afirmar que não existem ONGs sérias e comprometidas com a causa ecológica. Não resta dúvida que as ONGs têm alta importância em mobilizar a opinião pública, denunciar erros que redundem em prejuízos ambientais para a sociedade, defender minorias, valorizar o poder local, corrigir injustiças sociais, formular críticas políticas, na pesquisa e na saúde, além de serem instrumento de desenvolvimento e da sua exclusiva preocupação de natureza ecológica.

Nesse contexto, o campo de ação das ONGs é bastante amplo, mas isso também favorece o aparecimento de males que não são exclusivos das entidades públicas. O aspecto de denúncia e de desastre eminente, como tem sido a tônica das ONGs, provoca impotência na sociedade, levando-a ao caminho do misticismo e à volta ao passado, sem incorporar as conquistas do futuro. Certas ONGs constituem-se muito mais em culto ao poder de seus dirigentes ou até visam a auferir vantagens eleitoreiras. À medida que vão crescendo, as ONGs passam a ter conflito entre "ser instituição e se cristalizar ou ser movimento e se dissolver". Existem, portanto, as ONGs e as "King ONGs", passando estas a atuar em nível nacional ou como filiais de ONGs internacionais, numa perspectiva de um mundo sem fronteiras nacionais.

O princípio da soberania nessa concepção, para assombro dos militares, parece residir em cada cidadão. Os índios e seringueiros, numa versão moderna de Robin Hood, uniram-se

* D.S., Pesquisador do CPATU, EMBRAPA. CP - 48, Belém, Pará.

ARTIGO

numa esdrúxula "aliança dos povós da floresta", ganhando concepção de soberania local, onde etnia se confunde com profissão. A profissão do seringueiro nada mais é que uma profissão nobre como qualquer outra, não uma etnia. O direcionamento da opinião pública conseguido pelas ONGs em favor da causa dos seringueiros, por exemplo, que representam apenas 3% da população da Amazônia Legal, tem transformado, tanto esses como os índios, em meros objetos. Os índios que, no passado, serviam para dar nomes a palácios, aviões, ruas e praças uniram-se aos seringueiros e, em congressos científicos, eram utilizados pelos patrocinadores para chamar a atenção do público e atrair fundos internacionais. Nesse caso, o interesse pelo extrativismo vegetal e pelas reservas extrativistas passa a assumir uma postura moral para determinar os rumos da política ambiental brasileira e os caminhos do seu desenvolvimento. A visita do Príncipe Charles, em Belém, em 1991, constituiu, nesse sentido, uma antítese da versão moderna da Bela Adormecida. Um século antes, um súdito da Coroa Britânica promoveu a transferência das sementes de seringueira para o Sudeste asiático e, posteriormente, um príncipe voltou para dizer que o extrativismo vegetal constitui a tábua da Amazônia.

Pelo fato de as ONGs estarem lidando com assunto que diz respeito a interesses coletivos, tornam-se necessárias propostas do domínio público. As ONGs devem dizer para que vieram, quais são seus objetivos, suas fontes de recursos e seus resultados. Essas organizações da maneira como vêm atuando na Amazônia, dão a impressão de serem as "donas do mundo", podendo suas decisões ser prejudiciais a toda a coletividade.

É necessário que a legislação brasileira passe a estabelecer critérios com vistas ao estabelecimento das

ONGs, para que essas não se restrinjam à simples obtenção do CGC (Cadastro Geral de Contribuintes), mas dependam, também, da autorização do IBAMA e dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente ou do próprio poder legislativo. O eminente Prof. Aziz Ab'Saber, em palestra proferida em dezembro de 1990, em Cuiabá, afirmou que os recursos que as ONGs brasileiras estavam recebendo do exterior dariam para quitar a dívida externa de países pequenos, como o Uruguai. Além do mais, segundo o Prof. Ab'Saber, essas organizações não têm a mínima condição para desenvolver projetos e essas verbas seriam melhor empregadas se fossem repassadas às universidades ou centros de pesquisa.

O caráter sagrado que a ecologia passou a ter no País dificulta a discussão desses temas sem considerar o emocionalismo e o conflito de interesses próprios das diversas ONGs. É o que é pior, no caso da Amazônia, a região passa a ser considerada como "patrimônio da humanidade". Segundo afirmações do Presidente Mitterrand, em 1989, repetidas no 10º Congresso Mundial de Floresta, em Paris, em 1991, "os problemas ecológicos da Amazônia ultrapassam a noção da soberania". Considerando a aplicação do Teorema de Coase (vencedor do Prêmio Nobel de Economia 1991), há uma flagrante questão de "indefinição de propriedade" da Amazônia.

A questão ecológica da Amazônia é, portanto, extremamente complexa, pois além do simples objetivo de conservação e preservação, deve-se considerar a noção de soberania e assegurar alternativas econômicas para os 16 milhões de habitantes que vivem na região. As políticas ambientais que querem impor na região implicam sensíveis prejuízos econômicos para a população amazônica, defendendo um "subdesenvolvimento sustentado". Uma vez que o PIB da regi-

ão amazônica gera, anualmente, 22,3 bilhões de dólares (1991), dificilmente essa quantia vai ser envolvida num processo de troca de dívida externa pela ecologia. Nesse sentido, a região amazônica não pode ser considerada uma "mercadoria de troca" para atender aos interesses internacionais, de assegurar recursos para outras áreas do País, e aos de determinadas ONGs.

A questão ecológica precisa, portanto, ser amplamente debatida pela sociedade. O fracasso das instituições públicas nacionais não pode ser motivo para atuação indiscriminada das ONGs. A gestão de políticas ambientais não pode ser simplesmente transferida para as ONGs, em que os interesses públicos podem ser prejudicados. É necessário que a sociedade brasileira tenha condições internas de julgamento quanto ao âmbito de atuação das ONGs, produto, em parte, decorrente de carência conjuntural. A imprensa deveria ter um grande papel nessa avaliação, em que a credibilidade deve ser o ponto crítico que irá determinar a permanência ou não de determinadas ONGs.

As universidades, com a sua visão crítica, podem ser um importante ponto para a discussão desse tema, que passa a influenciar significativamente os destinos da população, dentro do enfoque multifacetado. Essa avaliação torna-se importante para a proteção das próprias ONGs no que diz respeito à sua credibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRIGAGÃO, C. O mundo na era Kantiana. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1991. p. 7 (Idéias-Ensaí-
os).
- FRISCHTAK, C.R. Liberalismo geral e irrestrito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1992. p. 8-9. (Idéias-Ensaí-
os).
- HOMMA, A. O manto sagrado da ecologia. *Jornal dos Nikkeis*, Belém, 196:3-4, jul./ago. 1991.
- LANDIM, L. (org.). *Sem fins lucrativos; as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER, 1988. 167 p.
- LEIS, H.R. Um moderno mercado verde. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1992. p. 4-6. (Idéias-Ensaí-
os).
- LINO, G.L.S. Tecnologia contra o pessimismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1992. p. 6-7. (Idéias-Ensaí-
os).
- MINC, C. O supermercado da ecologia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1991. p. 9.
- PÁDUA, J.A. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. LEIS, H.R. (Org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, Vozes, 1991. p. 135-161.
- PINTO, L.F. O fisiologismo ecológico. *Jornal Pessoal*, Belém, 5(81): 5-6, jan. 1992.
- PRÍNCIPE CHARLES. Não há civilização sem florestas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1991. (Idéias-Ensaí-
os). p. 4-6.
- RECUPERAÇÃO AMBIENTAL PARA CONSERVAÇÃO DA FLORESTA TROPICAL. Relatório da Primeira Conferência Anglo-Brasileira sobre Meio Ambiente realizada em Brasília, no período de 30 de outubro a 12 de novembro de 1991.
- RIBEIRO, M.A. Governo em escala planetária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1992. p. 6-7. (Idéias-Ensaí-
os).